



115  
2

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0308666-6  
AGRAVANTE: Estado de Pernambuco e outro  
PROCURADOR: Dr. Paulo Sérgio Cavalcanti Araújo  
AGRAVADOS: Severino Batista da Silva e outros  
Advogada: Dra. Aldicéia Soares Lins  
RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. EXTENSÍVEL AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1 - A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, por se tratar de gratificação de caráter geral, há de ser paga também aos pensionistas e inativos. No sentido posto, a jurisprudência desta Corte de Justiça e do Superior Tribunal de Justiça.

2 - Recurso de Agravo Improvido.

3 - Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Recurso de Agravo em Agravo de Instrumento nº 0308666-6, em que figura como agravantes Estado de Pernambuco e outro e como agravados Severino Batista da Silva e outros. Acordam os Desembargadores que integram a Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, pela sessão de julgamento realizada no dia 03/10/2013, à unanimidade de votos, em conhecerem do recurso acima descrito, para negarem provimento ao mesmo, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

Recife, 03/10/2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães - Relator**



116

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0308666-6

AGRAVANTES: Estado de Pernambuco e outro

PROCURADOR: Dr. Paulo Sérgio Cavalcanti Araújo

AGRAVADOS: Severino Batista da Silva e outros

Advogada: Dra. Aldicéia Soares Lins

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

**RELATÓRIO**

Trata-se de recurso de agravo interposto contra decisão terminativa que, nos autos do Agravo de Instrumento, com arrimo no art. 557, §1º-A, do CPC, deu provimento ao recurso interposto, para fazer constar nos proventos de aposentadoria dos ora agravados, a gratificação de risco de policiamento ostensivo.

O recorrente interpôs o presente recurso de agravo, alegando – resumidamente – em suas razões, que:

1. A gratificação de policiamento ostensivo não é extensiva, indistinta e automaticamente, em caráter geral e permanente a todos os ativos, mas apenas ao militares em serviço ativo na polícia militar;
2. É de se destacar previamente a necessidade de que o pagamento da GRPO seja suspenso até verificação da constitucionalidade da norma em apreço, como fica demonstrado que essa Egrégia Corte Estadual começa a sedimentar a verificação do caráter não geral da GRPO;
3. A referida gratificação é de natureza condicionada, variável, precária e provisória, concedida ao pessoal do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar pela Lei Complementar Estadual nº 59/04.
4. Acrescenta que a não aplicação da norma, ou seja, o seu afastamento da hipótese de incidência em caso concreto que a ela se amolda, acarreta os mesmos efeitos da declaração de inconstitucionalidade.

Requer ao final, que esta relatoria reconsidere a decisão recorrida ou que apresente o recurso em mesa para julgamento perante a Segunda Câmara de Direito Público dessa Corte de Justiça.

É o relatório.

Recife, 03/10/2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães – Relator



118  
2

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0308666-6**  
**AGRAVANTE:** Estado de Pernambuco e outro  
**PROCURADOR:** Dr. Paulo Sérgio Cavalcanti Araújo  
**AGRAVADOS:** Severino Batista da Silva e outros  
**Advogada:** Dra. Aldicéia Soares Lins  
**RELATOR:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**VOTO**

O inconformismo dos agravantes reside contra decisão terminativa que, nos autos do Agravo de Instrumento, com arrimo no art. 557, §1º-A, do CPC, deu provimento ao recurso interposto, para fazer constar nos proventos de aposentadoria dos ora agravados, a gratificação de risco de policiamento ostensivo.

Mantenho e reafirmo a decisão terminativa ora recorrida, nos seguintes termos: o cerne da questão em apreço diz respeito a definir se os agravados, fazem *jus* à percepção das Gratificações de Risco de Policiamento Ostensivo.

Quanto a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, por se tratar de gratificação de caráter geral, há de ser paga também aos pensionistas e inativos. No sentido posto, a jurisprudência desta Corte de Justiça e do Superior Tribunal de Justiça, consoante arestos adiante ementados:

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO DE AGRAVO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. EXTENSÃO A INATIVOS E PENSIONISTAS. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PRECEDENTES UNÂNIMES DOS TRIBUNAIS. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.1- Constata-se a interposição de Recurso de Agravo contra decisão terminativa monocrática que deu provimento parcial à Apelação Cível.2- A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Complementar Estadual

119  
2

nº 59/2004, por se tratar de gratificação de caráter geral, há de ser paga também aos pensionistas e inativos.3- Com a inexistência de fato novo relevante, a simples rediscussão da matéria foge a alçada do recurso intentado, a jurisprudência é uníssona não albergando a recorribilidade das decisões já apreciadas fora do recurso específico para tal. Manifestam-se neste sentido tanto o Tribunal local como os Tribunais Superiores.4- Recurso de agravo conhecido e improvido à unanimidade (RA 11174140-8/01, 7CC, Rel. Des. João Bosco, julgado em 24/03/2009).

CONSTITUCIONAL. PRELIMINAR DE VEDAÇÃO DE CONCESSÃO DE TUTELA ANTECIPADA EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA REJEITADA DE FORMA UNÍSSONA. MÉRITO. GRATIFICAÇÃO DE POLICIAMENTO DE RISCO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. GRATIFICAÇÃO DE JORNADA EXTRA DE SEGURANÇA. NATUREZA PROPTER LABOREM. NÃO EXTENSÍVEL A PENSIONISTAS E INATIVOS. AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Não há óbice legal para a concessão de tutela antecipada em face da Fazenda Pública, uma vez que a pretensão da agravada não é relativa à reclassificação, equiparação ou aumento salarial de servidores públicos, requerendo tão somente a reposição dos valores que estariam sendo pagos a menor em seus proventos, não indo de encontro com as vedações previstas na Lei nº 9.494/97. 2. Preliminar de óbice à concessão de tutela antecipada em face da Fazenda Pública à unanimidade rejeitada. 3. Mérito. 4. A Gratificação de Jornada Extra de Segurança, instituída pelo Decreto Estadual nº 21.558/99, somente é devida aos policiais militares da ativa que preencham determinadas condições, ostentando natureza propter laborem e não sendo extensível aos pensionistas e inativos. 5. A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela LC Estadual nº 59/04, por se tratar de gratificação de caráter geral, consubstanciando vantagem inerente a todo efetivo da Polícia Militar em decorrência da atividade fim da corporação, conforme disposto nos §§ 7º e 8º do art. 40 da CF/88, há de ser paga

120  
2

também aos militares reformados ou transferidos, para reserva remunerada, bem como aos pensionistas. 6. Agravo parcialmente provido. 7. Decisão unânime (AI 154614-7, 8CC, Rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 22/01/2009).

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATIFICAÇÃO PROVISÓRIA. CARÁTER GERAL. EXTENSÃO INATIVOS. POSSIBILIDADE. SOBRESTAMENTO. ATO DISCRICIONÁRIO. RECURSO ESPECIAL JULGADO. NÃO-CABIMENTO. 1. A Gratificação Provisória, prevista no art. 13 da Medida Provisória n.º 1.587/97, convertida na Lei n.º 9.651/98, tem caráter geral e linear, pois o seu recebimento não está condicionado ao cumprimento de qualquer exigência por parte dos servidores ativos. Dessa forma, é extensível aos inativos e pensionistas o direito à gratificação provisória, por força do disposto no art. 40, § 4.º, da Carta Magna. 2. O sobrestamento, previsto no art. 543, § 2º e § 3º, do CPC, é ato discricionário do julgador, e tem lugar nos casos em que o recurso extraordinário interposto é predominante e prejudicial ao julgamento do apelo especial. 3. Inviável formular pedido de sobrestamento do recurso especial, em face de sua prejudicialidade, após o julgamento realizado com fulcro no art. 557 do CPC. 4. Agravo regimental improvido (AgRg no Ag 940168/RJ, T5, Rel. Min. Jorge Mussi, DJ 04/12/2008).

Quanto ao afastamento da hipótese de incidência acarretar os mesmos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, *in casu*, tenho que não se aplica, pois a matéria ora discutida já se encontra pacificada no plano local, de forma que o reconhecimento do caráter geral da gratificação de policiamento ostensivo é suficiente, por si só, para implicar no deferimento do pedido em favor do agravado, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade, ou não, do dispositivo encartado no art. 14 da LCE nº 59/04, não sendo o caso de ofensa ao princípio da reserva de plenário. Nesse sentido, inclusive, já se manifestou o Supremo Tribunal Federal a exemplo do ARE 686995, da relatoria do Min. Luiz Fux, julgado em 15/06/2012.

121  
9/

Assim, em face do exposto, voto no sentido de negar provimento ao presente recurso de agravo, mantendo-se incólume a decisão terminativa ora recorrida.

É como voto.

Recife, 03/10/2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães  
Relator